

A PROBLEMÁTICA DAS VARIAÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS NO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE)

John B. Jensen*

Resumo

O estudo do Português como Língua Estrangeira acarreta uma série de dificuldades devido a variações importantes da estrutura gramatical em função da formalidade do uso. A estrutura do Português Padrão muitas vezes não representa a realidade do dia-a-dia brasileiro e insistir no uso tradicional da língua é, até certo ponto, confundir o aluno. Estabelece-se aqui uma proposta para reconhecimento e ensino da língua em duas modalidades: FORMAL e INFORMAL. Desta forma, o ensino distinguirá para certas lições as estruturas diferenciadas. Este trabalho apresentará exemplos onde esta estratificação resolve o que de outra forma poderia parecer um caos gramatical para o aluno que tem contato com a língua autêntica: o imperativo (venha/vem); o pronome/objeto direto (veja-o/veja ele); mistura de formas de tratamento (Eu te amo. Você é a luz da minha vida...) e outros.

Palavras-chave: Português – língua estrangeira; ensino; variações.

Abstract

The study of Portuguese as a Second Language presents a number of difficulties due to significant differences in grammatical structure as a function of formality of usage. The structure of Standard Portuguese often fails to represent the day-to-day reality of Brazilian speakers and to insist on traditional language use is, to a certain, degree, a point of confusion for the student. Here a proposal is made for the establishment of a two-tier system for teaching the language, distinguishing explicitly between FORMAL and INFORMAL usage. The paper shows examples where this stratification clarifies what otherwise could appear to be grammatical chaos for the student who has contact with authentic

language outside the classroom: the imperative (venha/vem); the direct object pronouns (veja-o/veja ele); so-called “mixture” of forms of address (Eu te amo. Você é a luz da minha vida...) and others.

* * *

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso, camarada
Me dá um cigarro¹

Assim versa o poeta Oswald de Andrade em Pronominais, ao observar lá nos anos 20, no tempo do Modernismo literário, que o Português escolar do professor e do aluno e do mulato sabido não correspondia à realidade linguística do Brasil. Essa divergência foi reconhecida e documentada muitos anos atrás e continua sendo objeto de estudo e observação nos dias de hoje, patenteando, assim, a diferenciação entre o português formal, acadêmico, vindo de Portugal nas obras dos melhores escritores, e o português falado no Brasil, nas ruas, nas casas e até nas escolas e igrejas. Bem se sabe que nos anos 30, a língua do Brasil foi oficialmente declarada independente da de Portugal, com o famoso, mas mal fadado, batismo da Língua Brasileira (veja Fortes, 1957).

O quadro sociolinguístico do Brasil é muito complicado. Poderíamos dizer que existe a Anorma culta (ou, melhor, as normas cultas por falta de uma única padronizada) já com diversos níveis e estilos, desde a escrita super-formal até as formas da oralidade, além das variedades incultas, até mais diversas ainda². Um dos principais objetivos

* Professor Titular de Línguas, Florida International University, Miami, Flórida, USA; Ph.D. pela Harvard (1971).

¹ Veja as *Poesias Reunidas*, citadas em Bandeira, 1963, p. 337.

² Duas fontes, dentre muitas, de informações sobre variações sociolinguísticas em português são Preti, 1982, e Tarallo, 1989. Já no contexto didático do PLE, Thomas, 1969, fez um trabalho pioneiro.

do ensino em geral é equiparar o aluno para o uso da norma culta elevada, facilitando assim a sua entrada nas camadas mais bem respeitadas da sociedade. Quem conhece e utiliza a norma culta pode ir longe; quem não a conhece encontra seu caminho estritamente limitado.

A tendência natural do ensino do Português como Língua Estrangeira é seguir os moldes da educação formal transmitida aos estudantes nacionais, ou seja, apresentar um português de alto valor social, que abre portas ao sucesso e à aceitação, como se fosse um acréscimo ou conhecimento suplementar ao português popular que o aluno já traz consigo à sala de aula. Em contraposição, o estrangeiro nada traz à sala além do seu sistema linguístico alienígena, o qual constituirá em uma provável fonte de interferências. Afinal, a dificuldade é quase que a mesma para o estrangeiro ao aprender um português dito correto ou um português de cunho popular. Os dois tipos de português consistem em sistemas linguísticos completos, com normas e gamas de possibilidades estruturais e léxicas. O brasileiro pode achar o português formal, de escola, muito mais difícil do que o comum, caseiro, mas para quem olha de fora há muito pouca diferença em termos de dificuldade de aprendizagem e, se existem diferenças, tendem as mesmas a favorecer o sistema formal, tendo em vista a ampla variação do popular. Em vista disto, pode até fazer muito sentido preferir só o português de suposto alto valor social, e deixar de lado o tipo popular.

O ensino do Português como Língua Estrangeira tem uma longa e ilustre história nos Estados Unidos³, na Europa, no Japão e até em outros países, mas até as últimas gerações, o professor do PLE realmente não tinha muitas opções, nem via a necessidade de contemplar outra coisa senão o objetivo de ensinar mais ou menos a língua de José de Alencar, Eça de Queiroz, e até do próprio Camões. Os livros de texto apresentavam toda a mecânica da colocação erudita do pronome, junto com os detalhes da mesóclise e até o imperativo afirmativo e negativo que acompanha o pronome *vós*. E os alunos mais aplicados aprendiam tudo isso e saíam do curso prontos para ler os grandes mestres de aquém e além mar, capazes até de criar frases escritas da mesma índole. Se era para conversar, conversavam, sim, mas hesitantes e com ar de quem tem pretensão de ser muito letrado, talvez desempenhando o próprio papel daquele que possui diploma universitário, um doutor. Em muitos âmbitos do estudo do PLE, a grande maioria dos aprendizes de português já são falantes do espanhol e a gramática espanhola, em muitos casos, coincide com a do português formal e difere da gramática informal, assim colocando o aluno em uma zona de grande conforto ao adotar as fórmulas tradicionais.

Então, por que essa visão já não nos serve, no mundo moderno do ensino contemporâneo da língua? Há várias

razões, inclusive a moderna análise linguística que tanto valoriza a língua falada corriqueiramente como a consagrada pela literatura. Mas a nível do aluno que frequenta as aulas de Português como Língua Estrangeira, o que mais mudou de trinta anos para cá é o enorme progresso nas comunicações e transportes. Quem estuda português hoje em dia dificilmente vai ler Camões ou Eça. O que vai fazer, sim, é ir passar férias no Rio de Janeiro, receber visitas do Brasil, assistir a filmes brasileiros condecorados no exterior ou sentar-se diante da sua própria televisão na Califórnia, assistindo à novela das oito da TV Globo em tempo real, junto com milhões de brasileiros. Este aluno de hoje não vai ficar satisfeito com a perspectiva linguística do passado. Ao participar com os brasileiros de atividades culturais e sociais, ele vai descobrir um outro mundo linguístico, um mundo em que as regras formais outrora aprendidas com tanto amor e dedicação simplesmente já não servem mais.

Claro é que no moderno renascimento do ensino do Português como Língua Estrangeira, com base nos grandes esforços empreendidas pelo Brasil e por Portugal através da realização de cursos especializados e a formação de organizações como a SIPLE, ninguém leva a sério a proposta acima citada, isto é, de que só vale a pena ensinar o português formal escrito. Esta idéia já começou a ser descartada no tempo do método Audio-Lingual dos anos 60, e hoje acreditamos que são poucos os cursos ou os professores dedicados a tal abordagem. Atualmente, queremos transmitir um português bem mais natural, mais útil, mais próprio do dia-a-dia, e é justamente isto que estamos fazendo em nossas aulas.

Mas mesmo assim, o problema fundamental persiste: a existência de diversas modalidades do português, desde o formal, erudito, tradicional, até o vernáculo popular. O primeiro só é usado em certos meios acadêmicos ou culturais e o segundo usado em situações de informalidade. Nós, na qualidade de professores, escritores de textos e materiais, administradores de programas acadêmicos, nos deparamos com a dicotomia linguística de ensinar um português vivo e cotidiano e ainda fazer jus ao português literário e formal.

Uma solução simplista seria adotar uma atitude que só deixasse passar aos alunos amostras autênticas da linguagem utilizada hoje em dia pelos falantes naturais do Brasil, assim eliminando vestígios da linguagem arcaica ou o uso estritamente atribuído à Velha Metrópole. Este tipo de abordagem pode funcionar bem para uma língua como o inglês ou o francês, em que há grande coincidência das normas gramaticais para a maioria dos níveis de uso comum (fora as variedades desprestigiadas). No Brasil de hoje, os vários graus de formalidade implicam em diferenças gramaticais significativas que não vão passar despercebidas dos alunos.

Citemos um exemplo. Logo no início de qualquer programa de ensino, especialmente naqueles que enfatizam

³ Um interessante resumo aparece em Tesser, 1994.

o uso oral, o professor deseja passar instruções aos alunos e quer que eles saibam passar instruções aos outros. Existe até uma metodologia importante, a Resposta Física Total (“TPR” em inglês) baseada em ordens dadas ao aluno: *Vá ao quadro; Sente-se, Escreva seu nome*, etc. Assim, o aluno emprega ações físicas para fixar a associação com as palavras e expressões na língua alvo. Dar instruções, portanto, implica no ensino do imperativo, mas qual deles? Como Oswald de Andrade nos lembrou, o brasileiro tanto pode dizer *Me dá* quanto *Dê-me*. Também pode dizer tanto *Senta*, como *Sente-se, Senta-te, Favor sentar-se*, ou várias outras expressões pertinentes. Mas o aluno não quer saber das variações possíveis; simplesmente quer saber COMO DIZER tal frase em português. O professor poderá incluir toda a gama de variações disponíveis na sua realização para o conhecimento passivo do aluno, mas mais cedo ou mais tarde, chegará o momento em que o aluno terá que produzir a forma. Ele vai aprender a dizer:

SENTE-SE

DÊ-ME

VENHA CÁ

ESCREVA SEU NOME, etc.?

Ou vai aprender a dizer

SENTA

ME DÁ

VEM CÁ

ESCREVE SEU NOME, etc.?

Mais uma vez, a resposta fácil é aprender a forma tida como correta, aquela baseada no subjuntivo do verbo, o *sente-se*, o *dê-me* etc., já que o *tu*, o tratamento que, de acordo com a gramática formal, viabilizaria as formas *senta*, *vem*, etc., normalmente não faz parte do repertório do aluno estrangeiro. Mas o aluno estará sendo bem servido por este artifício? É justo que ele ache que todo imperativo seja expresso na forma do presente do subjuntivo? O que ele há de pensar quando tenta descobrir, em vão, estas formas na novela que assiste? Ou quando escuta músicas de amor que falam *me ama*, *me beija* mas que só empregam *você* e não *tu*? Se esse aluno chegar ao Brasil desconhecendo as formas mais suaves do imperativo que coincidem com o presente do indicativo, como ele vai ser interpretado pelos outros falando o tempo todo *Traga-me mais pão*, ou *Abra a janela um pouquinho mais*, sempre parecendo dar ordens abruptas?

A solução que oferecemos para este e outros dilemas gramaticais é o estabelecimento, desde o princípio do curso de três regimes linguísticos: o NORMAL ou NÃO MARCADO; O FORMAL; e o INFORMAL.⁴ O primeiro e mais freqüente é o NÃO MARCADO, ou seja, o regime normal, este quando na verdade não existe variação significativa na língua falada e escrita de uma maneira corriqueira. Este é o

caso para a grande maioria dos pontos de gramática, tais como a concordância nominal e verbal; a conjugação verbal, as estruturas interrogativas e negativas, etc. Nestes casos e em outros semelhantes, a gramática é ensinada como sempre se ensinou: como sendo categórica e universal.

(Logo descartamos de consideração o tipo de variação que pode ocorrer até na concordância e na conjugação verbal no português do Brasil, que pode denotar estilos notoriamente desprestigiados. Por exemplo, ninguém vai ensinar estruturas do tipo *os três outro home* ou *a gente vamos*, nem *já falemos*. Não é este o estilo que tomamos como base de ensino, nem é natural à classe instruída do Brasil, servindo, sim, como sinal de ignorância.)

O segundo regime é o FORMAL, que só será determinado quando o falante tiver a possibilidade de optar por formas de um estilo linguístico mais elevado em oposição ao mais INFORMAL. Em relação ao imperativo, o estilo FORMAL seria justamente o uso do verbo com a desinência do subjuntivo: *fale, venha, coma, abra, estude*, etc. O aluno entenderá que este uso, apesar de ser o consagrado pela gramática, não é universal, mas é apropriado em situações de monitorização cuidadosa da linguagem: na forma escrita, no palco, perante autoridades em situação de formalidade, etc., ou ao se dirigir a pessoas de alto respeito ou galardão que poderiam ficar ofendidas com um simples *fala, vem*, etc., percebido como expressão do íntimo *tu* ou como falta de respeito ou reverência.

O terceiro regime é o INFORMAL, que também só entra em jogo onde houver realmente opções disponíveis para escolher-se entre uma ou outra forma gramatical com o mesmo intuito comunicativo. Outra vez, no caso do imperativo, seria o uso da forma simples que coincide com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo, o *fala, vem, como, abre, estuda*, etc. O aluno entenderá que estas formas são muito mais comuns do que as do regime FORMAL, mas são usadas em situações informais e com pessoas de menor cerimônia. Este uso quase que inexistente nos materiais didáticos, que geralmente insistem no imperativo afirmativo padronizado.⁵

Vejamos outros exemplos desta bifurcação gramatical no português do Brasil:

A colocação do pronome oblíquo: Todos conhecem as regras tradicionais que condenam iniciar-se uma oração com um pronome oblíquo ou usar-se ou a ênclise em orações negativas ou subordinadas, e outras regras mais, conforme ilustrado nos exemplos abaixo de estruturas “proibidas”:

**Me faz um favor.*

**Não acabou-se.*

**Sei que foi-se embora.*

⁴ Semelhante sugestão já foi feita por Francisco Gomes de Matos (1974), em um trabalho onde incluía um pequeno teste de formalidade.

⁵ Uma exceção encontra-se no nosso método *Travessia* (Tolman, et al, 1988) que apresenta um Imperativo Informal baseado no verbo simples, não marcado.

O aluno que deseja demonstrar que fala e escreve bem o português deve conhecer e observar estas regras. Porém, tais normas, em geral, constituem o USO FORMAL. Já o uso INFORMAL apresenta outras regras que são na realidade até mais complicadas. A linguagem popular pode até aceitar o pronome oblíquo associado ao participio, distante do verbo conjugado: *Você devia ter seguido o rapaz e me chamado logo* [da novela *Malhação*, episódio de 09-03-00]. A colocação do pronome de acordo com as posições permitidas e proibidas na gramática formal poderá resultar em orações quase impossíveis de serem pronunciadas e entendidas na linguagem falada do Brasil, pela sua estranha natureza:

*Vi-o ontem
Ele vai ver-me amanhã
Fê-lo*

Consequentemente, ao tentar falar o português com graça e naturalidade é preciso aprender as colocações possíveis e usadas na linguagem informal, mesmo que infrinjam o linguajar de Camões.

Mistura de Tratamento. Há muito tempo condenada, mas já bastante arraigada no português do Brasil, esta “mistura” é um chamado vício que é inevitável em um ambiente de linguagem autêntica e que deve ser ensinado na sala de aula de hoje, embora esteja quase que ausente dos livros de texto. O caso é conhecido: com o desaparecimento de *tu* nas zonas centrais urbanas do Brasil no século dezenove, as formas correspondentes *te* e *teu/tua* não desapareceram, mas ficaram órfãs, sem um paradigma próprio. No entanto, o surto do uso de *você* como forma de tratamento de praxe apresentou uma carência de pronomes distintivos justamente nos casos oblíquo e possessivo, devendo, portanto, empregar-se o *o*, *a*, *lhe* e *seu* de terceira pessoa para acompanhar o *você*, assim como para acompanhar *o senhor*, *ele*, *ela*, etc. Produzindo, desta maneira, uma possível ambiguidade: *Seu carro? De quem?* Era natural, pois, que as formas enfeitadas (*te*, *teu*) viessem a encher esta lacuna, o que precisamente aconteceu na linguagem informal. Mas a gramática tradicional, normativa, rejeita tal mistura, considerando o uso de *te*, *teu* com outro sujeito que não o *tu*, como um vício flagrante.

Aqui também nossos regimes FORMAL e INFORMAL resolvem a situação para o aluno. O regime INFORMAL apresenta um paradigma composto de VOCÊ/TE/TEU ou VOCÊ/LHE/SEU e outras variações, enquanto o regime FORMAL continua insistindo em condenar na falta de concordância implícita de tal mistura. O aluno não deverá ficar confuso: aprenderá a lidar com as duas normas linguísticas, diferenciando-as pela situação de uso da língua.

Há muitos outros casos possíveis, mas acreditamos já haver ilustrado a questão nos exemplos citados. Quanto à pedagogia do ensino de uma gramática dupla, não é difícil dar uma aula em que os alunos devem traduzir a linguagem FORMAL para a INFORMAL depois de ter devidamente dominado a mecânica da formação das respectivas estruturas. Dá um pouco mais de trabalho, sem dúvida, mas se deixarmos de informar e educar o aluno em relação a estas importantes diferenças sociolinguísticas inerentes à língua que amamos, ele chegará ao Brasil falando um português que se remonta às estruturas linguísticas rígidas utilizadas nos livros datados de dois séculos atrás e viverá comparando a gramática correta aprendida na escola ao português incorreto falado pelos brasileiros ao seu redor, que parecem nem conhecer as regras do seu próprio idioma. Mas, se, por outro lado, só chegasse a dominar o português comum que o aluno ouve na rua, ele poderia parecer uma pessoa inculta. Tentemos, pois, poupar-lhe este ônus, transmitindo-lhe um conhecimento bem mais amplo e fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para que saiba distinguir os diferentes estilos linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Oswald de. (1945). *Poesias Reunidas*, S. Paulo, p. 79. Citado por Manual Bandeira, Manuel, ed. 1963. *Poesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Autor.
- FORTES, Herbert Parentes, (1957). *A Questão da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: GRD Edições.
- TESSER, Carmen Chaves, (1994). Report on Survey of Portuguese Studies in the United States: After Fifty Years: Ao Vencedor, as Batatas! *Hispania*, 77 n.º. 3, 565-567.
- MATOS, Francisco Gomes de. (1974). A aplicabilidade do conceito de registro em gramáticas escolares. Material escrito, inédito, que acompanhava um trabalho apresentado no I Encontro Paulista de Professores de Português, november, 1974.
- PRETI, Dino. (1982). *Sociolinguística: Os Níveis de Fala*. 4a. ed. S. Paulo, Ed. Nacional.
- TARALLO, Fernando, org. (1989). *Fotografias Sociolinguísticas*. S. Paulo: Pontes.
- THOMAS, Earl W. (1969). *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*. Nashville, TN, USA, Vanderbilt University Press.
- TOLMAN, et al. (1988). *Travessia*, v. 1. Washington, D.C.: Georgetown University Press.